

Jornal da Adunicamp



Foto: Carol Campos

SEM PRECEDENTES: o encontro indígena “Xingu vivo para sempre” foi um evento marcado pela união de etnias pela preservação de sua cultura

Adunicamp

Saiba como foi a eleição e a posse da nova diretoria

Limeira

Os resultados de uma expansão sem verbas podem ser desastrosos para a Unicamp

Satisfeito?

Reajuste dado pelo CRUESP apenas repõe a inflação e deixa de fora os R\$ 200,00

Mais que um índice

Afinal, o que é que define as carreiras na Unicamp? É preciso discutir qual é a carreira que queremos

Participar para conquistar

Faz sentido lutar pela nossa pauta de reivindicações?

O corpo docente da UNICAMP tem uma taxa de porcentual de renovação anual muito baixa. Resulta que a maioria dos docentes está na faixa etária dos mais de quarenta anos. Tipicamente com mais de vinte anos de carreira.

Os vencimentos de quem tem vinte anos de carreira incluem quatro quinquênios e a sexta parte. Resulta um adicional total por tempo de serviço de 40% sobre o salário de quem está iniciando a carreira no mesmo nível. É uma diferença muito significativa. Esta diferença fica ainda maior à medida que novos adicionais por tempo de serviço são incorporados.

Parte deste contingente de docentes veteranos já participou de campanhas salariais em que houve grandes embates por reajustes melhores que os oferecidos pela administração, antes e depois da autonomia financeira das universidades. O tempo passou e isto lhes proporcionou os importantes adicionais citados, porém calculados sobre salários mais dignos conquistados com duras lutas.

Os docentes que ingressaram nos anos mais recentes formam um pequeno grupo. Seus membros podem até ter um ou dois quinquênios, mas seus vencimentos são significativamente menores que os dos veteranos do mesmo nível MS. São candidatos naturais para participar de

campanhas por melhores salários, falta-lhes, entretanto, um passado de lutas, a convicção de que a participação no movimento docente pode lhes dar melhores condições de trabalho e maiores ganhos.

Lembremo-nos que boas condições de trabalho não se resumem a uma sala com telefone, freqüentemente compartilhada, um computador com acesso à Internet e boas bibliotecas. São essenciais: ambiente estimulante, tempo para maturação das boas idéias e infra-estrutura adequada. Hoje todos têm de preencher relatórios, fazer prestações de contas, executar tarefas administrativas e participar de reuniões de planejamento. Para os jovens faltam creches para os filhos. Realmente, há pouco tempo para muita tarefa. Há muito para melhorar.

A campanha salarial, historicamente, engloba junto com proposta de reajuste salarial toda uma gama de reivindicações que visam melhorar as condições de trabalho para que a convivência profissional se torne mais harmoniosa e produtiva.

Colocar estas questões em debate com participação significativa da comunidade universitária é um desafio que está posto para a Diretoria recém-empossada e para o Conselho de Representantes.

**Vamos ao debate,
vamos à luta!**

Adunicamp – Associação dos Docentes da Unicamp
Seção Sindical

Rua Érico Veríssimo, 1.479, CEP 13083-851,
Cidade Universitária, Campinas - SP
(19) 3521-2470

Internet: <http://www.adunicamp.org.br>
diretoria@adunicamp.org.br
imprensa@adunicamp.org.br

Coordenação: Adolpho Hengeltraub

Diagramação e Projeto Gráfico: Moema Joffily Dias e
Fernando Piva;

Entrevistas e Textos: Moema Joffily Dias e Fernando Piva

Fotos: Arquivo Adunicamp; Tiragem: 3000

Periodicidade: mensal; Gráfica: Editora O Liberal



Dos 6,51% de reajuste dado pelo CRUESP a inflação de maio já comeu 0,87%

Participe

A seção "Opinião do Leitor" é um espaço aberto para receber os textos de nossos leitores a respeito de assuntos relevantes tanto para a universidade quanto para o país. Os artigos serão assinados e de inteira responsabilidade do autor, pois os textos serão publicados na íntegra no jornal. Para que isso seja possível eles não devem passar de 3.500 caracteres. Você pode enviar o seu texto para a seção "Opinião do Leitor" pelo e-mail: imprensa@adunicamp.org.br ou por carta para a nossa sede.

Erramos

Diferente do que foi publicado na legenda da página 3, a foto é da posse da 20ª diretoria da Adunicamp, em abril de 2007.



Resgatar a participação é o desafio da nova diretoria

Em meio à campanha salarial e as lutas pelas melhorias nas condições de trabalho, a nova diretoria da Adunicamp tomou posse no último dia 30 de maio. Composta pelos professores Paulo César Centoducatte (IC), Mauro Antonio P. Dias da Silva (FCM - Enfermagem), Valério José Arantes (FE), Edmundo Fernandes Dias (IFCH), Jair Franklin Oliveira Junior (FCM - Psiquiatria), Jorge Isaias Llagosteira Beltran (FEM), Maria Laura Mayrink-Sabinson (IEL), Maria Cristina

Bahia Wutke (Cotuca), Adolpho Hengeltraub (IFGW), Thereza Cristina R. Penna (IFGW), a nova diretoria terá como principal desafio fazer com que os associados participem mais ativamente, principalmente nas assembleias.

Foi empossado também o novo Conselho de Representantes, formado pelos professores Siome Klein Goldenstein (IC), Joel Salles Giglio (FCM/Psiquiatria) e Mario Gneri (IMECC).

A solenidade teve a presença dos Professores José Vitório Zago, representando o Andes Sindicato Nacional, Antônio Luís de Andrade (Tato) como representante da Conlutas e do Pró-Reitor Mohamed Ezz El Din Mostafa Habib (Extensão e Assuntos Comunitários) representante da Reitoria da Unicamp.

A abertura da cerimônia contou com o trio musical Mário de Andrade, coordenado pelo Prof. Joel Salles Giglio.

O ponto marcante da solenidade foi a homenagem feita pelo Prof. Valério José Arantes ao diretor e amigo Antonio Fernando dos Santos Penna, que faleceu em Setembro do ano passado.

Eleições

As eleições ocorridas nos dias 13 e 14 de maio deste ano totalizaram 476 votos, sendo que 428 foram para a chapa única: Democracia e autonomia: por uma universidade comprometida com a sociedade; 34 votos em branco e 14 nulos.

Limeira: expansão sem verba, não!

Ao iniciar as atividades do novo campus de Limeira sem a aprovação da verba extra a Unicamp corre o risco de acabar sofrendo com o comprometimento da folha de pagamentos

No último dia 27 de maio o Conselho Universitário (Consu) aprovou a abertura do Campus de Limeira com os primeiros oito cursos já previstos para começar em 2009.

Criado a partir de um grupo de trabalho (GT) do Consu que deveria estudar a possibilidade de criação de um novo campus para aumentar o número de vagas na Unicamp, o campus de Limeira tinha como condição de existência um aumento da verba (0,05% da arrecadação do ICMS) destinada pelo Estado à universidade.

Após sete anos desde a criação do GT completou-se a fase inicial. As verbas destinadas pelo governo de São Paulo (R\$ 45 milhões ao longo de três anos) foram suficientes para completar boa parte da infra-estrutura

prevista dando condições de abertura ao campus.

Mas, diferentemente do que havia sido aprovado lá no início, nem o campus está completamente formado, não oferecendo, assim, possibilidade de abrir as mil vagas acertadas quando do acordo, nem o governo do Estado aprovou a destinação da verba que deveria manter as mesmas mil vagas, firmando através da LDO seu acordo.

Questionado pela revista *Movimento em Debate*, da Adunicamp, o reitor afirmou que o custo das mil vagas seria 2% do orçamento atual. Desta maneira, como a arrecadação do ICMS cresceu enormemente, o custo do campus em seu funcionamento pleno não seria preocupante, já que o comprometimento atual da verba da

universidade com folha de pagamento está, hoje, um pouco a baixo dos 82%.

Mas aí entramos em uma questão de discurso. Se os reitores a todo tempo querem nos lembrar que esse aumento na arrecadação é efêmero, que essa realidade favorável não pode ser garantida para os próximos anos, como é que podemos, sem uma confirmação por parte do governo de que esta verba virá para a universidade, abrir novos cursos e aumentar nossos gastos?

Afinal, o mesmo argumento foi usado pelo CRUESP para não dar um aumento salarial real na campanha de 2007.

A USP, em sua mais recente expansão recebeu do governo do estado verbas para a infra-estrutura, mas está arcando sozinha com os cus-

tos operacionais do campus. O comprometimento com folha de pagamento da Universidade de São Paulo sempre foi o mais folgado entre os das três paulistas, mas por causa do campus da Zona Leste (a USP - Leste) vai ultrapassar este ano o comprometimento da Unesp. E resultado não poderia ser outro. A situação é clara: a expansão sem verbas esmaga as universidades.

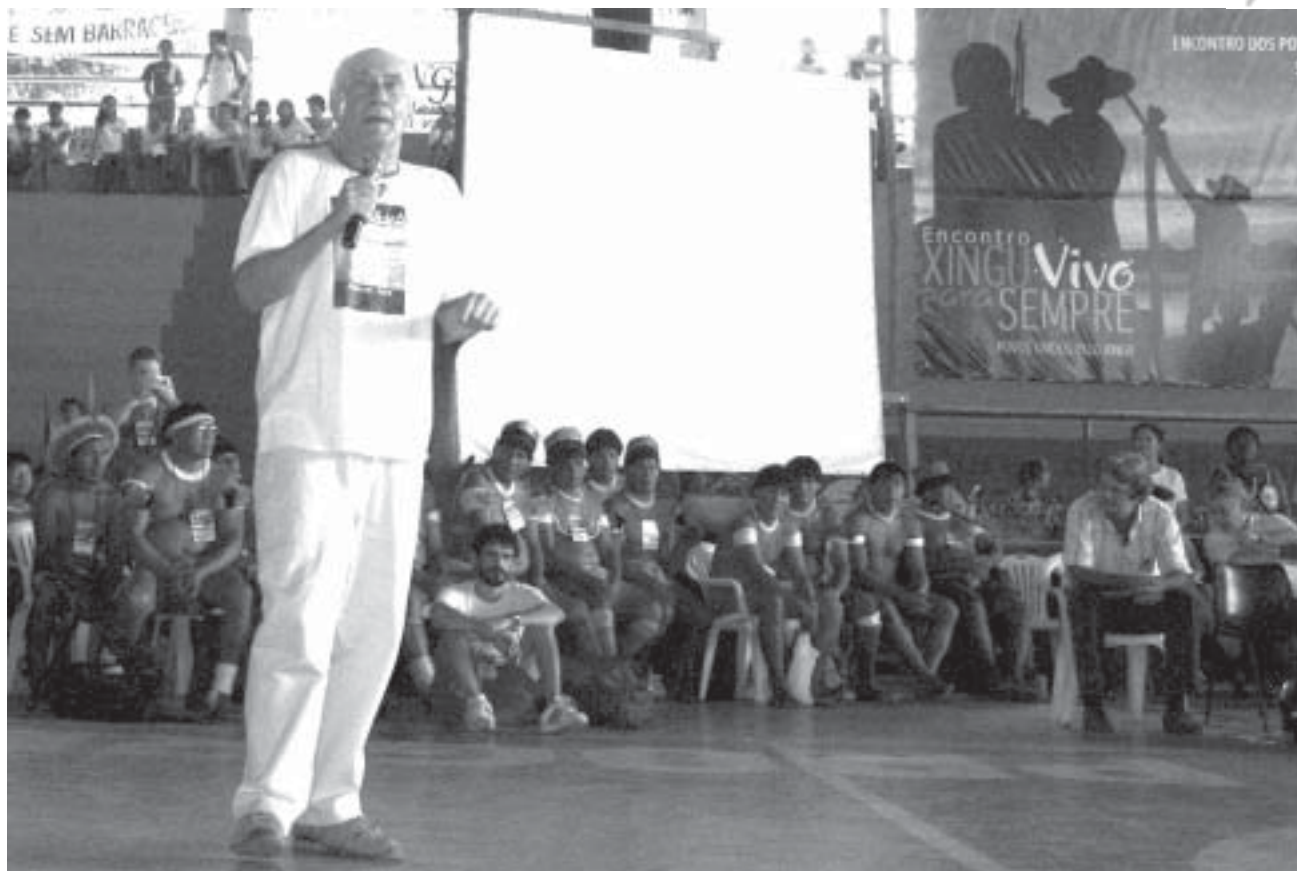
É importante que as universidades estaduais paulistas aumentem as vagas e garantam que mais jovens tenham a oportunidade de ter uma educação superior gratuita e de qualidade? Claro! Não temos dúvida disso. Mas tem que haver garantias financeiras de que elas poderão funcionar. Limeira só com os 0,05%.

O anúncio de "apagões" é constante porque a lógica da expansão elétrica não pode ser admitida abertamente,

Professor do Departamento de Energias da FEM e de pós-graduação em Antropologia Social do IFCH, Arsênio Oswaldo Sevá Filho recentemente foi convidado a participar do encontro indígena "Xingu vivo para sempre" que aconteceu no mês de maio em Altamira - PA. Para explicar o que foi e qual a importância deste evento ele conversou com o Jornal da Adunicamp.

Jornal da Adunicamp - Você esteve recentemente no encontro indígena "Xingu vivo para sempre" que aconteceu em Altamira. O que foi esse encontro e qual a importância dele?

Oswaldo Sevá - O evento teve de fato essa palavra de ordem "Xingu Vivo para sempre" mas na realidade foi uma espécie de assembléia de povos indígenas e de movimentos sociais bem diversificados. Foi realizado no Ginásio Poliesportivo Municipal de Altamira, do bairro Brasília, o mais popular e populoso da cidade, desde a abertura solene na noite da segunda-feira 19 de maio, até a tarde da quinta-feira 22. Na manhã da sexta-feira um grande ato público encerrou o evento, na beira do rio Xingu, na "Prainha dos pescadores". Milhares de pessoas passaram pelo Ginásio nesses dias, uma parte era um público fixo, formado por uns quinhentos índios de quase vinte etnias, a maioria habitando terras da bacia fluvial do Xingu, no MT e no Pará, e formado por duas centenas de brancos de lá mesmo, de municípios próximos, de Belém, Santarém e Manaus, e do restante do País, bem como uma ou duas dúzias de estrangeiros, jornalistas, pesquisadores e dirigentes de ONGs. E durante as manhãs e tardes, entravam e saíam do Ginásio centenas de moradores de Altamira, curiosos, informantes, policiais, políticos locais e paraenses, e muitos estudantes de Ensino médio, animados pela Pastoral da Juventude, e também universitários dos



Atrás do professor Oswaldo Sevá palestrando no ginásio de Altamira, uma parte dos caciques; no canto direito, o engenheiro Paulo Rezende, da Eletrobrás, que foi atacado e ferido por alguns índios após a sua fala

dois campi existentes, da UEPA e da UFPa. Foi planejado durante um ano, envolveu gente e recursos de dezenas de entidades brasileiras, associações indígenas e algumas entidades estrangeiras, articulados pelo forte movimento de mulheres de Altamira e pela Prelazia do Xingu com seus assessores, missionários e leigos. A última vez que vi algo parecido foi em algumas audiências públicas sobre projetos de usinas termelétricas aqui no interior de SP.

JA - Um dos argumentos usados contra a construção da hidrelétrica na região gira em torno do desequilíbrio ecológico provocado na região em que está localizado o parque indígena, que já sofre com o desmatamento da floresta, a plantação de soja e contaminação dos rios. Por outro lado, o argumento a favor da construção se refere à escassez na produção de energia elétrica e um possível "apagão" já a partir de 2010. Como você avalia essas posições?

Sevá - No caso do projeto Belo Monte, estimo que seriam umas dezoito a vinte mil pessoas expulsas pela formação das represas, pelos canteiros de obras, estradas de serviço, diques e canais, Linhas de transmissão. Mais da metade delas na área urbana e periferia de Altamira, ao longo dos igarapés e nas margens do Xingu. Muitos na área rural, nas fazendas, colonos nos lotes do INCRA, sitiantes, beiradeiros ou ribeirinhos, e entre eles, grupos indígenas fora de aldeias. Seriam muito prejudicadas, sem haver remoção, duas Terras Indígenas mais próximas do trecho do Xingu que ficaria quase seco, com o desvio da correnteza, as TIs dos Juruna na Volta Grande e dos Kaiapó-Xicrin no rio Bacajá.

Os que são realmente contra o barramento do rio Xingu sabem que as obras projetadas seriam simplesmente nefastas para um dos trechos mais ricos e ainda pouco destruídos da Amazônia. As

obras projetadas estão no Pará onde muitas Terras já delimitadas e homologadas seriam afetadas e o Parque Indígena em MT sofreria também as conseqüências de usinas já sendo construídas nos rios formadores, como o Culuene.

Da minha parte, repudio a idéia de barrar mais um esplêndido monumento fluvial, que é a Volta Grande do Xingu, um trecho de rio limpo, lindo, largo, com cento e cinquenta km seguidos de cachoeiras, corredeiras, arquipélagos, canais naturais, muita mata e locais arqueológicos sagrados. Chega o que já fizeram com as Sete Quedas de Guairá no Paraná, com as maravilhas de Marimbondo, no rio Grande, de São Simão no Paranaíba! Quase acabaram inteiramente com Paulo Afonso e o maior canyon do país no São Francisco. Por que não barram então as Cataratas do Iguaçu?

Já o anúncio de "apagões" é constante, ouço isso há uns trinta anos, é porque a lógica da expansão elétrica - o kilowatt x hora muito barato para facilitar os lucros dos grandes capitais da mineração e metalurgia - não pode ser admitida abertamente. Aí usam essa chantagem sobre a sociedade e sobre os que analisam criticamente e ousam questionar o tal "modelo". Tudo isso está bem analisado no livro publicado em 2005, por mim organizado: "Tenotã Mõ, alertas sobre as conseqüências dos projetos hidrelétricos do Xingu", com textos de vinte pesquisadores nacionais e estrangeiros e lideranças locais, disponível em várias bibliotecas da Unicamp, e também no sítio: www.fem.unicamp.br/~seva

JA - Como avaliar a mudança de perspectiva do governo em relação às populações indígenas e também em relação à preservação da floresta amazônica e seu ecossistema?

Sevá - No atual governo existem forças políticas que antes foram contra tais obras, inclusive deputados federais e estaduais petistas e a atual governadora paraense, bem votados lá na região de Altamira e da Transamazônica por eleitores e militantes que sempre foram contra as barragens. A explicação é simples: quando se trata de investimentos na expansão das minas, das indústrias que gastam muita energia, das cadeias produtivas que

gastam muito combustível, aí esse governo não pauta mais nada, e sim é pautado pelo grande capital multinacional, inclusive pelas multas de origem brasileira: Vale, Odebrecht, Andrade Gutierrez, Camargo Correa, Votorantim, Gerdau, Petrobrás.

JA - Uma das coisas que se pode observar a respeito deste encontro é que houve uma quantidade desproporcional de membros da imprensa estrangeira em relação aos membros brasileiros cobrindo o evento. Houve um boicote da mídia brasileira ao evento? Foi um ato político?

Sevá - Para se ter uma idéia mais completa do evento é necessário navegar na internet, abrir sites que enviaram correspondentes e jornalistas para Altamira e fizeram links com vídeos, com matérias de outros jornais, e com arquivos de documentos.

É o caso do www.amazonia.org.br que um dia desses publicou uma "compilação pós evento", questionando Xingu: Vivo para sempre?, do www.internationalrivers.org, com seu blog especial Xingu Encounter, do site dos jornalistas ingleses Patrick e Sue Cunningham, o www.ipcst08.wordpress.com, todos com belas fotos e textos caprichados, equilibrados, feitos a cada dia do encontro. E ainda, a radio norte americana NPR National Public Radio, as agencias Reuters, Associated Press, dentre outras.

E para se ter uma idéia do rancor cultivado há séculos e da captura manipuladora do fato por parte do establishment da província, basta ler os textos horríveis dos telejornais dos principais canais, os clichês racistas e demonizantes das "noticias" da Folha, do Estadão, e de todos os jornais de Belém e Santarém. No entanto, os editores dessa mídia, chamada pelo Paulo Henrique Amorim de PIG - Partido da Imprensa Golpista - foram devidamente mobilizados do mesmo modo que os estrangeiros, com convites e releases prévios, com textos convocatórios e contatos locais disponíveis, desde Fevereiro e Março; em geral desprezaram o nosso evento e não enviaram ninguém para cobrir. Depois... tiveram que sair correndo para comprar fotos e vídeos de outros, entrevistar pessoas daqui de SP ou do RJ, que nem estavam lá, uma vergonha!!!

CMS, o que é isso?

O Conselho Municipal de Saúde (CMS) é um órgão que tem, entre outras, as funções de deliberar e fiscalizar as medidas relacionadas à saúde pública nos municípios do país.

Para Ercindo Mariano Junior, atual Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Campinas, é "um espaço conquistado com muita luta e organização popular através da lei nº 8142/90, que obriga todos os municípios, estados e união a terem este colegiado deliberativo formado por trabalhadores, gestores e usuários".

Os conselheiros dos CMS devem representar cada uma das organizações relacionadas à área. A composição é dada pela proporção de 25% de representação de trabalhadores, 25% de gestores e 50% de usuários.

Entre as várias tarefas do CMS relevamos: avaliar, acompanhar e deliberar sobre as políticas públicas de saúde, reuniões públicas mensais, organizar conferências temáticas, seminários, debater planos apresentados pelas autoridades de saúde do Município, organizar e participar das conferências municipais de saúde, que representam a instância máxima de deliberação, nas quais são discutidos temas pertinentes à saúde.

As diretrizes e organização do Sistema Único de Saúde (SUS) é o instrumento fundamental de luta dos conselheiros, bem como a legislação pertinente ao assunto.

A Adunicamp na atualidade se faz representar no CMS através dos Professores Mauro Antonio Pires Dias da Silva, do Departamento de Enfermagem da FCM e a Profª Maria Cristina Bahia Wutke, do Cotuca.

Para os professores Mauro e Cristina a presença da Adunicamp é de fundamental importância, pois compar-tilha com segmentos da sociedade de questões relevantes relacionadas ao ensino, pesquisa e extensão. Considerando que atuação da Unicamp e PUC no setor saúde de Campinas é expressivo, através das unidades de ensino, dos hospitais e nas relações do atendimento preventivo à Saúde, participar, compartilhar dos vários temas que são tratados no CMS é de fundamental importância. A possibilidade de aprender, de ensinar e de sintonizar o ensino aos anseios comunitários, aproximando o viés intelectual das perspectivas e necessidades da comunidade é o grande desafio que nos estimula a participar do CMS.

A Universidade poderia participar mais através da elaboração de planos e projetos que auxiliasse o CMS a discutir e a encaminhar ações fundamentadas em pesquisas e investindo de forma mais organizada e sistematizada na saúde pública de Campinas.

O CMS auxilia nas discussões das demandas e na elucidação de questões veladas que se estabelecem em função de interesses políticos, partidários ou mesmo pessoais, evidentemente que nem sempre é possível caminhar nesta direção, mas é uma alternativa que auxilia muito nestas questões, é uma grande instância que abre espaço para a pressão social de forma organizada e canaliza as demandas da população.

Maiores informações podem ser encontradas na secretaria da Adunicamp.

Carreira: para além do índice

É preciso que a universidade decida qual é a carreira que deseja ter para que a questão econômica não seja a única a defini-la

Uma das justificativas dadas pelo CRUESP para negar a parcela fixa dos R\$ 200,00 é que, como o valor seria o mesmo para todos, ela causaria graves danos à carreira dos funcionários.

Sob a ótica do CRUESP isso parece claro, uma vez que o índice que separa os níveis das carreiras é um valor específico de 5% nos salários.

Mas afinal o que é a carreira? Apenas a diferença de salários dada pelo índice que separa os níveis?

Para aqueles que se derem ao trabalho de ler os documentos que regem a questão das carreiras a justificativa colocada pelo CRUESP parece sem sentido. De fato, para ascender a um nível superior na carreira é necessário que o funcionário faça

cursos de capacitação, ou até mestrado ou doutorado. Para os professores não é diferente, publicações e teses são os principais instrumentos de avaliação para a mudança de nível.

Existe um aumento nos salários? Claro que sim, mas a capacitação é o que faz os níveis, o salário é uma consequência. Então vem o segundo argumento do CRUESP. Não é que a carreira se resume ao salário, mas é que sem o índice não haveria interesse em progredir na carreira.

Ainda sob a ótica do CRUESP, resposta de Suely Vilela, reitora da USP, na campanha salarial do ano passado não poderia ser mais desastrosa, até para aqueles que

pensam a carreira em termos de qualificação, conhecimento. Ao negociar com o Sindicato dos Trabalhadores da USP, ela de uma "canetada" só achatou três níveis em um só. Isso sim destrói a carreira.

A dificuldade de entender todos os passos necessários para conseguir ascender na carreira é enorme dentro das universidades. Além disso, a subordinação massacrante a alguns chefes que se posicionam como donos dos funcionários não permitindo que eles mudem de área ou mesmo dificultando a capacitação ou conquista de vagas, isso sim destrói a carreira.

A parcela fixa proposta, não pode ser a vilã da história no momento em

que ela representa um ganho real nesta campanha salarial. Diferentemente do que dizem os reitores, os 6,51% propostos são apenas a correção da inflação e a reconquista do poder aquisitivo de maio de 2001. A parcela fixa, por outro lado, representa o ganho real, que há muito não acontece.

É necessário que uma questão seja lembrada, dinheiro tem, é preciso fazer com que os reitores deixem de lado o discurso da "arrecadação efêmera" que vêm pregando e comecem a dizer o que foi ou vai ser feito com essa diferença enorme de arrecadação.

Se a questão é discutir a carreira, que sejam abertos os debates!

6,51%. Você está satisfeito?

A variação da recita de ICMS é 3 vezes maior do que a da folha de pagamentos

A receita de ICMS do Estado de São Paulo, acompanhando o crescimento da economia, está, mês a mês, superando a previsão mais otimista.

As tabelas abaixo apresentam os últimos dados disponibilizados pelo CRUESP.

FOLHA TOTAL é a soma das folhas de pagamento das três univer-

sidades públicas paulistas.

O ICMS cresceu 3 vezes mais que a folha no primeiro quadrimestre.

Os 6,51% de reajuste salarial decretados pelo CRUESP correspondem a pouco mais do que um terço do crescimento médio do ICMS. Você está satisfeito com este reajuste?

ICMS		ICMS		VARIACÃO %
MÊS	PROVISÓRIO (R\$)	MÊS	DEFINITIVO (D.O.E.) (R\$)	
JAN /08	4.404.737.372	JAN /07	3.688.152.235	19,43%
FEV/08	4.069.355.370	FEV/07	3.470.312.997	17,26%
MAR/08	3.952.946.492	MAR/08	3.411.028.167	15,89%
ABR/08	4.351.000.776	ABR/07	3.635.756.923	19,67%
MÉDIA	4.194.510.003	MÉDIA	3.551.312.581	18,06%

FOLHA TOTAL (R\$)		FOLHA TOTAL (R\$)		VARIACÃO %
MÊS		MÊS		
JAN /08	325.991.864	JAN /07	320.437.539	1,73%
FEV/08	317.362.961	FEV/07	299.377.447	6,01%
MAR/08	323.942.624	MAR/07	299.578.272	8,13%
ABR/08	326.158.033	ABR/07	301.904.619	8,03%
MÉDIA	323.363.871	MÉDIA	305.324.469	5,98%

SPPREV: uma questão de representatividade

No último dia 2 de junho o professor Osmar Marchese, diretor do STU tomou posse como representante titular dos servidores das universidades no Conselho de Administração do SPPrev.

O convite para escolher o representante foi feito ao Fórum das Seis no ano passado quando, cumprindo uma lei federal o governo do Estado de São Paulo criou o órgão São Paulo Previdência (SPPrev) para cuidar das aposentadorias e pensões dos servidores paulistas.

Discordando da maneira como este órgão irá tratar esta questão no tocante aos servidores das universidades estaduais paulistas o Fórum decidiu que não faria parte do Conselho de Administração, não

enviando, assim um representante de suas entidades-membro.

Como a questão não teve unanimidade, em reunião, ficou decidido que se alguma das entidades que compõem o Fórum quisessem enviar um representante seu as mesmas se sentissem livres para tal. O STU e o Sinteps indicaram respectivamente Osmar Marchese e Sílvia Helena de Lima, que foi empossada como suplente de Marchese no Conselho.

Em nota o Fórum das Seis esclarece que o professor é o representante do STU e não reconhece sua representação das universidades e tão pouco do Fórum. A nota será encaminhada para o governador José Serra e para o presidente do SPPrev.

Movimentos sindicais e suas extremidades

Da luta pela readmissão de Dirceu Travasso à proibição de participar da parada do Orgulho Gay

Não é de hoje que o movimento sindical brasileiro sofre ataques, porém, em São Paulo esse ataques vêm se intensificando cada vez mais. Fruto da política neoliberal aplicada pelo governo Serra, que para privatizar estatais como o Metrô, a Nossa Caixa, a Cesp e a Sabesp utiliza demissões como forma de enfraquecer o movimento sindical e todos aqueles que se colocam contra tais atitudes.

Mais um capítulo dessa história está sendo escrita. Dirceu Travassos, funcionário da Nossa Caixa, militante histórico do sindicato dos bancários e dirigente da Conlutas foi demitido. A Nossa Caixa está sendo privatizada e a Oposição Bancária está montando chapa para concorrer ao sindicato da categoria, o que caracteriza esse ato como perseguição política para intimidar e quebrar a resistência dos trabalhadores e das lutas contra as demissões e privatizações promovidas por Serra.

A reintegração de Dirceu está recebendo apoio de todos os movimentos, sindicais, sociais e estudantis. Além disso, a Alesp, através de seu conselho de líderes, manifestou seu apoio à causa e "aprovou por unanimidade que o presidente da Assembleia Legislativa, Vaz de Lima, e o líder do governo, deputado Barros Munhoz, farão gestões junto ao chefe da Casa Civil, Aloisio Nunes, e ao presidente da Nossa Caixa, Milton Luiz de Melo Santos, pela reintegração de Dirceu Travasso", segundo texto publicado pela Conlutas em sua página na internet (<http://www.conlutas.org.br>).

Constrangimento

Durante a 12ª edição da Parada do Orgulho GLBT de São Paulo no último dia 25 de maio, o carro de som e o bloco da Conlutas foi impedido de desfilar. Sem motivo aparente a organização da Parada, coordenada pela Associação da Parada do Orgulho GLBT,

proibiu o desfile da ala organizada pelo grupo de trabalho GLBTT da entidade - que organiza mais de 700 entidades dos movimentos sindical, estudantil, popular e, também, de mulheres, negros e GLBTT - de seguir pela Avenida Paulista.

Para piorar a situação, diante da indignação e da resistência dos manifestantes, a Polícia Militar, que segundo a Conlutas agiu a mando da organização do evento e da prefeitura de São Paulo, agrediu e utilizou força desproporcional para expulsar os ativistas.

De acordo com Douglas Borges, responsável pelo GT-GLBTT da Conlutas e organizador do Bloco, "no horário marcado, o carro estava no estacionamento e foi liberado pela vistoria, conforme constava no contrato assinado entre a entidade e a Associação da Parada. Já na avenida Paulista, novos impedimentos foram criados, como por exemplo, a exigência de uma corda de segurança que foi

prontamente providenciada".

Os verdadeiros motivos para o boicote do bloco, foram, segundo a Conlutas, motivações políticas, devido às bandeiras de luta do GT-GLBTT da entidade em relação a homofobia, como fica claro no comunicado do GT antes da parada: "rejeitar a mercantilização do movimento e as políticas demagógicas dos governos federal, estaduais e municipais, que longe de acabarem com a homofobia e a violência contra nós, a mascaram" e pedia o "fim de toda a violência que os GLBTs trabalhadores sofrem no seu dia-a-dia". O manifesto ainda defendia que "é impossível acabar com toda a homofobia sob o capitalismo, porque o capitalismo é o reino da desigualdade, onde imperam e são fomentados todos os preconceitos para aumentar a exploração dos trabalhadores e dar lucro para os burgueses".

ANDES: professores elegem nova diretoria

Participação na eleição do ANDES-SN superou votação do pleito anterior

ANDES - SN

Um total de 13.866 docentes das instituições de ensino superior do país compareceu às urnas para eleger a nova diretoria que irá conduzir o ANDES-SN no biênio 2008-2010. Eles representam 20% dos 69.395 professores sindicalizados de todas as regiões do país.

A Chapa 1 - Andes Autônoma, Democrática e de Luta, a única inscrita para o pleito, recebeu 12.134 votos, o que significa 17,5% dos docentes aptos a votar. Já 1,7% dos aptos a votar preferiram votar em branco, e 0,8% a anular o voto.

De acordo com o presidente da Comissão Eleitoral Central - CEC, Agostinho B. Macedo Beghelli Filho,

o comparecimento às urnas superou as expectativas, ao registrar resultados eleitorais superiores aos da eleição anterior, realizada em 2006.

"Na eleição passada, 18,67% dos sindicalizados atenderam ao chamado para votação, o que demonstra que tivemos um percentual maior de docentes mobilizados neste ano", analisa o presidente da CEC.

Conforme Agostinho, o número de votos brancos e nulos também diminuiu em relação à eleição anterior. Em 2006, 1,83% dos docentes votaram em branco, e 1,02%, nulo.

Para Maria do Céu de Lima, 1ª secretária do ANDES-SN, "estes resultados demonstram que os docentes compareceram às urnas para defender

o Sindicato Nacional dos sucessivos ataques do governo e das entidades pelegas que lhe dão sustentação, como é o caso do Proifes e da CUT", resumiu.

As eleições para a nova diretoria do ANDES-SN foram realizadas nos dias 13 e 14 de maio de 2008, em 87 diferentes instituições de ensino su-

perior do país. A apuração do resultado terminou oficialmente às 11 horas da manhã desta terça-feira, dia 20 de maio de 2008. A nova diretoria tomará posse na plenária de abertura do 53º CONAD, que será realizado em Palmas-TO, entre 26 e 29 de junho de 2008.

NÚMERO DE ELEITORES: 69.395		
TOTAL DE VOTANTES	13.866	20%
VOTOS NA CHAPA 1	12.134	17,5%
VOTOS EM BRANCO	1.175	1,7%
VOTOS NULOS	557	0,8%

Um fantasma ronda a representação

Virou quase que frase feita, mas é um problema. A política anda por baixo. Arrasta-se, cada vez mais, em uma espécie de descrédito universal. Sinônimo, massificado por governos e mídia, como algo sujo, podre, a política parece ter morrido. E isto vem ocorrendo em escala planetária e em todos os níveis. Isto afeta a todos? Não. Os maiores prejudicados são os movimentos ou formas associativas que procuram pautar-se por formas de consulta democrática às suas bases sociais. A pergunta ficou clássica: onde está a base, onde está a militância?

Responder esta questão implica em romper com o senso comum degradado. A pergunta poderia ter outro padrão de resposta se fosse, p. ex., porque as pessoas, individualmente ou em grupos, descrevem da política. Na forma vigente ("cadê" a base?) poderemos, no máximo obter uma descrição. Na forma aqui proposta requer-se uma explicação. Tentemos apontar algumas idéias.

Parto do pressuposto de que toda forma de produção e reprodução material requer um modo de pensar a institucionalidade. Poderia existir o capitalismo sem a idéia de liberdade dos indivíduos, mesmo que normalmente isso seja apenas um mito? A liberdade de contrato requer a idéia de liberdade da personalidade jurídica. Se este pressuposto for verdadeiro veremos que a política em alguns momentos será valorizada e em outros anatematizada.

Vivemos desde o século passado um prolongado ciclo de destruição da política. A democracia se transmutou, por força dos poderes vigentes, em algo nefasto, sinal

de caos, conflito. Em seu lugar surgiu como deus *ex machina* a técnica, o governo dos técnicos, etc. Se a técnica é o elemento que permite a resolução dos problemas (veja-se, p. ex., no campo dito da economia a idéia de organização científica do trabalho) a democracia, o livre-debate, a consulta passa a ser vista como matriz da desordem. Democrático ou científico? Para os que acreditam na política como atividade humana *par excellence* essa é uma falsa questão. A idéia do "científico" elimina a participação. Para os demais o científico é sinal de perfeição, de recusa ao erro.

É nesse quadro planetário em que o mercado (ou seja o conjunto articulado das relações sociais capitalistas) é visto como o único horizonte possível que a política, como representação de interesses sociais assimétricos e antagônicos, aparece tendencialmente como erro ou impossibilidade. Em um capitalismo financeirizado em escala planetária produtor e produto do chamado "pensamento único" não há espaço para a diferença ideológica. Embora se glorifiquem as diferenças estas só são possíveis no plano micro. As formas de representação, os movimentos sociais, os partidos que representam posições diferenciadas das dominantes vêm desde a década de 70 do século passado perdendo intensidade, diante da pressão totalitária do capital é de seus governos.

Em um terceiro nível de análise, já no plano universitário, assistimos formas diferenciadas, mas com a mesma problemática. Se não existe projeto nacional autônomo, se o país se transforma em algo baseado na reprimarização da economia a universi-

dade tendencialmente não é mais o espaço de elaboração de projetos... transformando-se assim, basicamente, em assessoria do mix governo-empresas (multinacionais, em sua imensa maioria). Ora para isso, como diriam os ministros da educação (em minúscula mesmo), tipo Paulo Renato, basta comprar tecnologia em países já desenvolvidos. Em alguns poucos e privilegiados casos os pesquisadores universitários se transformam em participantes de uma cadeia investigativa inteiramente heterônoma.

O dramático da questão é que os salários e os recursos para as universidades minguam. E funciona um esquema pelo qual os professores ou acreditam que podem resolver seu caso "pessoal" (será pessoal?) através de uma vinculação seja ao estado, seja à empresas. Mas isso não é possível para todos. Assim através da intensificação da exploração do seu trabalho eles vão se afastando dos processos coletivos de recuperação salarial ou de definição autônoma dessa instituição essencial que é a universidade. O governo federal atua pesado com a criação da Lei de Inovação, com as PPPs, etc.

Esse processo é multifacético. Se os pesquisadores e docentes não conseguem - sequer! - a reposição do nível salarial eles tendem a apresentar-se diante das instituições financiadoras e trabalham e trabalham. E se não conseguem resolver seu "caso" muitas vezes consideram que não fizeram o suficiente, que não estão no nível desejado. E submetem-se mais e mais àquelas instituições que passam a ditar seu dia a dia, mais e mais. Os programas de mestrado e doutorado não responderam no início

desse processo de assenhoreamento das suas funções por aquelas instituições. E agora o processo chegou a um nível assustador que se revela tanto no abandono das suas organizações sindicais como no aprofundamento de doenças ligados à este modo de vida "acadêmico". Modo de vida? Ironia trágica!

Não ignoramos o problema da burocratização geral de toda a sociedade do qual a universidade não pode estar automaticamente à salvo. Nem ignoramos que mesmo nossas organizações têm problemas que não vem conseguindo resolver e isso traz conseqüências para a participação nas assembleias e no seu cotidiano. Não se trata de fugir às nossas responsabilidades, mas também não cabe um hipócrita *mea culpa, mea maxima culpa*.

Na realidade, e isso mereceria uma investigação cuidadosa, mudou a base social da universidade. O professor e o aluno que chegam hoje às universidades vêm, e isso é absolutamente compreensível, embora do nosso ponto de vista não desejável, já formados na escola do lucro acima de tudo, do consumismo, do individualismo por princípio. Não é um pecado original, mas a lógica social dominante. Como, repetimos, os projetos nacionais se perderam resta o projeto "individual".

Não estamos aqui buscando condenar, mas compreender. E com isso, justamente com nossa categoria, buscamos encontrar o nó górdio e a solução do problema.

Edmundo Fernandes Dias é doutor em História Social e professor aposentado do IFCH

Programe-se

20/06 - Debate: Assédio Moral - Organização do trabalho no serviço público. Das 9:30 às 17 horas. Local: Auditório da Adunicamp.

25/06 - 4º Seminário da Fundação Fórum Campinas: "Inclusão Digital e Acessibilidade". Das 9 às 17 horas. Local: Auditório do Instituto Agrônomo Avenida Barão de Itapura, 1481, Guanabara. As inscrições são gratuitas e devem ser feitas com antecedência. Informações (19) 3343-7209



26 a 29/6 - 53º CONAD do ANDES-SN: "As lutas sociais e a defesa da universidade pública - Local: Palmas-TO. Informações: www.andes.com.br

03 a 06/07 - Congresso Nacional da CONLUTAS - Local: Betim -MG. Informações: www.conlutas.org.br

07 e 08/07 - Encontro Latino -Americano e Caribenho de Trabalhadores - Local: Betim-MG. Informações: www.elac.org.br